



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

ECOTURISMO E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: UMA CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DE GERAÇÃO DE RENDA E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

ECOTOURISM AND PROTECTED AREA: AN IMAGINARY CONSTRUCTION OF INCOME GENERATION AND ENVIRONMENTAL CONSERVATION

(Recebido em 12-02-2021; Aceito em 02-08-2021)

Paulo Roberto Ferreira de Aguiar Junior

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil
prf.geo@hotmail.com

Juliana Ramalho Barros

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Professora da Universidade Federal de Goiás - Goiânia, Brasil
juliana@ufg.br

Resumo

O desenvolvimento do ecoturismo, principalmente em Unidades de Conservação (UC), deve ser objeto de estudos para que essa prática não tome outros caminhos que não aqueles preconizados por esse segmento. Por esse motivo, este trabalho propõe analisar o turismo de baixo impacto, o ecoturismo, cujo segmento é o que mais cresce anualmente, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT). Observar o desenvolvimento deste aos olhos da periodização e da escala, método adequado para uma análise reflexiva e crítica alicerçada no tempo-espaço, é entender os diferentes discursos ambientais e perceber o motivo do distanciamento, muitas vezes, da práxis. Por esse motivo, se serve da periodização para analisar o ecoturismo desenvolvido em Unidades de Conservação, tendo o Parque Estadual Terra Ronca (GO), inserido no bioma Cerrado, como recorte espacial. Para além da periodização como metodologia, foram utilizados, como instrumentos, a análise exploratória e os dados secundários obtidos de sites oficiais.

Palavras chave: Ecoturismo; Unidade de Conservação; Renda; Conservação ambiental.

Abstract

The development of ecotourism, especially in Protect Area, should be the object of studies so that this practice does not take other paths than those recommended by this segment. For this reason, this work proposes to analyze low impact tourism, ecotourism, whose segment is the one that grows the most annually according to the World Tourism Organization (WTO). To observe its development in the eyes of periodization and scale, an appropriate method for a reflective and critical analysis based on

time-space, is to understand the different environmental discourses and to understand the reason for the distance, often, from praxis. For this reason, it uses periodization to analyze ecotourism developed in Conservation Units, with the Terra Ronca State Park (GO), inserted in the Cerrado biome, as a spatial cut out. In addition to periodization as a methodology, exploratory analysis and secondary data obtained from official websites were used as instruments.

Key words: Ecotourism; Protect Area; Income; Environmental conservation.

Introdução

O ecoturismo é um segmento do turismo que vem tendo um crescimento constante e acelerado nos últimos anos. Esse ramo do turismo caracteriza-se por contribuir com a conservação ambiental, pois está alicerçado na valorização e no menor impacto na natureza, bem como nas culturas tradicionais existentes na área. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), as taxas de crescimento para esse segmento estão entre 15% e 25% ao ano. Em 2018, dos turistas que visitaram o Brasil a lazer, “16% procuraram pelo ecoturismo, ficando atrás apenas de sol e praia”, de acordo com o Diretor da Embratur Osvaldo Matos de Melo Júnior (*apud* MARTINS, 2019). Ainda conforme Melo Júnior (*apud* MARTINS, 2019), em 2018 foram “gerados cerca de 80 mil empregos diretos, R\$ 2,2 bilhões em renda, outros R\$ 3,1 bilhões em valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB) e mais R\$ 8,6 bilhões em vendas”.

Entre os espaços procurados pelos ecoturistas estão as Unidades de Conservação (UCs), que, conforme Souza *et al.* (2015), são estratégias para conservação da biodiversidade e proteção de serviços ambientais. Brasil (2020) define UC de acordo com Lei nº 9.985/2000 define UC como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Esse espaço pode contribuir, para além da conservação ambiental, com a geração de renda da área. Souza *et al.* (2015: 3), por meio de uma pesquisa realizada nas Unidades de Conservação Federais do Brasil, utilizando a metodologia de Modelo de Geração de Dinheiro (MGM2), afirma que “a cada R\$ 1,00 investido no sistema de UC produziu R\$ 7,00 em benefícios econômicos”.

Assim, esses espaços, salvaguardados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – criado pela Lei nº 9.985/2000 –, podem oferecer, além de proteção aos recursos ambientais, geração de renda para os moradores que vivem em torno das UCs, promovendo o Turismo de Base Local. Contudo, como toda atividade cuja finalidade é a obtenção de lucro, muitas vezes não se toma o devido cuidado com os efeitos colaterais, ao acelerar as etapas do planejamento, sobre solos, recursos hídricos, vegetação etc. Para que os impactos negativos sejam minimizados, é preciso cumprir todas

as etapas do planejamento, dentre elas o estudo de capacidade de carga turística.¹Os cuidados para promoção do ecoturismo em Unidades de Conservação são necessários para que essa atividade não se torne um turismo de massa chancelado com o sufixo eco.

Nesse contexto de utilização dos elementos naturais como recursos para a atividade ecoturística sem promover degradação ambiental, ou minimizá-las ao máximo, este texto propõe analisar a atividade ecoturística em áreas de Unidade de Conservação, tendo o Parque Estadual Terra Ronca (PETeR), no município de São Domingos (GO), como área de estudo. Dessa forma, é preciso entender essa atividade em um contexto histórico e, para tal, buscou-se utilizar da periodização, que “constitui um avanço na busca desta união espaço-tempo” (SANTOS, 1996: 10), e da escala geográfica, que coaduna com a análise temporal proposta por Santos (1996). Ambas amparadas em pesquisas bibliográficas, além de análise exploratória no Parque Estadual Terra Ronca (GO) (PETeR) e materiais secundários obtidos em bancos de dados, disponíveis em *sites* oficiais.

Ecoturismo em Unidades de Conservação

O termo Ecoturismo tenha aparecido, “pela primeira vez, em 1984 e [...] conceituado, como tal, por Ceballos-Lascurain, em um documento intitulado O futuro do Ecoturismo” (CARVALHO, 2005: 5). No entanto, a discussão sobre o uso dos elementos naturais vem sendo pauta desde o final do século XIX e começo do século XX, com duas linhas distintas de pensamento ambiental, preservacionismo e conservacionismo, começaram a nortear os debates acerca da utilização dos elementos naturais como fonte de renda. Essa questão reverberou na discussão sobre a utilização das futuras Unidades de Conservação como espaços que possibilitassem gerar renda, além da proteção ambiental. Entre as atividades, ancoradas na geração de renda e na conservação ambiental, está o ecoturismo, que surge para conciliar ambas as demandas.

Entre os precursores do movimento ambientalista está John Muir (1838-1914), que influenciou discursos ambientais calcados na visão da natureza intocável. Para ele, a natureza possui um valor intrínseco, não precisando de ações humanas para dar-lhe valor ou não.

A principal ideia dos preservacionistas é preservar a natureza de qualquer intervenção humana, entendendo que toda ação antrópica sobre os recursos naturais promove impactos negativos e, por conseguinte, a consumirá até que deixe de existir. É certo afirmar que a preocupação acerca da degradação ambiental era e ainda é pertinente, visto que as políticas públicas voltadas para a proteção ambiental vêm se aprimorando desde as discussões propostas no século XIX. Também, pode-se

¹ Para entender sobre capacidade de carga turística, ler “Capacidade de carga turística: um estudo no Caminhos Rurais de Porto Alegre, RS” (SOLLER; BORGHETTI, 2013).

perceber uma visão romantizada acerca da natureza em John Muir (1911: 25), na obra *My First Summer in the Sierra*:

with its sublime domes and canons, dark upsweeping forest, glorious array of white peaks deep in the sky, every feature glowing, radiating beauty that pours into our flesh and bones like heart rays from fire. Sunshine over all: no breath of wind to stir the brooding calm.

A descrição poética não é um instrumento narrativo de Muir para chamar a atenção sobre a questão ambiental, e sim uma forma de entender a natureza, o que vai influenciar a ideia de natureza intocada, de que a natureza não pode ser maculada, e, por conseguinte, o preservacionismo.

Por outro lado, tem-se Aldo Leopold, estadunidense, nascido em 1887, que iniciou sua carreira em 1909, quando ingressou no Serviço Florestal dos Estados Unidos (Leopoldo, 2019)² propondo uma nova forma de entender a questão ambiental. Foi ele que sugeriu “um manejo que visasse maior proteção do que a ‘intocabilidade’” (PÁDUA, 2006). Leopold tratava a conservação como ciência para que atingisse maior eficácia na proteção ambiental.

A ideia de integrar o homem a áreas naturais parecia, para os conservacionistas, mais interessante do que a ideia da “intocabilidade”, mesmo que ambos os pensamentos convergissem para salvaguardar a natureza. A utilização dos elementos naturais como recursos naturais, a fim de promover a conscientização, é um dos fundamentos do discurso conservacionista: entender para proteger e “progredir”. “Nesse sentido, pode-se citar que essa ideia está presente nas chamadas” (LOURENÇO, 2019: 168).

Em 1908, foi realizado, na Casa Branca, o evento intitulado “*Governo’s Conference on the Conservation of Natural Resources*”³. Dele se originou um documento que propõe a utilização dos recursos naturais sem promover a degradação ambiental. “We look upon these resources as a heritage to be made use of in establishing and promoting the comfort, prosperity, and happiness of the American People, but not to be wasted, deteriorated, or needlessly destroyed” (USA, 1908). A discussão ambiental não se restringe aos Estados Unidos da América, contudo, a relevância de tal citação está no fato de este país ter criado o primeiro Parque Nacional do mundo, o Yellowstone.

Dessa forma, pode-se inferir que o pensamento conservacionista converge com as ações norteadoras da utilização que se estabelecera no começo do século XX, principalmente em países nos quais a diversidade ambiental pode fomentar a utilização desta para geração de renda. Isso, no

² Tal referência diz respeito à tradução do livro *A Sand Country Amanac: and Sketeches Hereand There*, lançado em 1949 pela Oxford University Press Inc. e traduzido por Charles W. em 2019, com edição pela Editora Universidade Federal de Minas Gerais.

³ USA, United States of America. *Declaration of the Conservation Conference May 15, 1908*. Disponível em: <https://www.digitalhistory.uh.edu/disp_textbook.cfm?smtID=3&psid=3990>, data de acesso: 2 de setembro de 2020.

entanto, não significa que o pensamento preservacionista, defendido por Muir, não deva ser visto como um instrumento, muitas vezes indesejável, para salvaguardar os recursos naturais.

Nesse sentido, pode-se notar que as Unidades de Conservação, no Brasil, foram pensadas a partir dessas duas abordagens. As UC são regidas pela Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que estabelece critérios e normas para a sua criação, implantação e gestão, bem como as divide em dois grupos:

Quadro 1: Grupos das Unidades de Conservação – Brasil

Unidades de Proteção Integral	A proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Exemplos de atividades de uso indireto dos recursos naturais são: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras. As categorias de proteção integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre.
Unidades de Uso Sustentável	São áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, mas desde que praticadas de uma forma que a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos esteja assegurada. As categorias de uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Fonte: Adaptado por Aguiar (2020), de MMA (2020)

A questão da restrição da utilização das UC é pertinente e é preciso debruçar-se sobre o tema, uma vez que há ecossistemas muitos frágeis, como os cavernícolas, e, por conseguinte, deve haver mais controle na sua utilização. Devido a esse cuidado, é preciso estudar e observar o desenvolvimento do ecoturismo nessas áreas, principalmente nas protegidas, pois, de acordo com a definição de Áreas de Proteção Integral (API), é essencial que não haja consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Nesse sentido, a utilização desses espaços pelo ecoturismo se torna complexa, visto haver consumo dos recursos naturais por parte dos ecoturistas, o que vai de encontro às restrições dessas áreas. Mesmo que esse consumo seja feito de forma indireta, há interferências nesses ambientes como, por exemplo, a alteração da temperatura do ar, como apontam Galvani e Rocha (2018).

O Ecoturismo, conforme aponta Furlan (2003: 49), “é um conceito polissêmico onde o campo da análise econômica e ecológica se aproximam”. Já para Acott *et al.* (1998: 243-244) há o *Deep Ecotourism* e o *Shallow Ecotourism*, assim conceituados:

Shallow ecotourism represents a range of viewpoints that lie between deep ecotourism on the one hand and mass tourism on the other. Within the environmental paradigm shallow

ecotourism represents a business-as-usual attitude to the environment. Natural is valued according to its usefulness to human. The environment is seen as a resource which can be exploited to maximize the benefits to humans.

Deep ecotourism expressed in ecocentrism and deep ecotourism is based on the ideas expressed in ecocentrism and deep ecology. It incorporates the sub-categories deep ecologists, self-reliance, and soft technologists. Deep ecotourism therefore encapsulates a range of ideas which the importance of intrinsic value in nature, emphasis on small-scale and community identity, the importance of participation.

Desse modo, o Ecoturismo

[...] é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2010).

Sendo um conceito polissêmico e de tamanha abrangência, é necessário investir cada vez mais no planejamento, que, para Neil e Wearing (2001: 42), é uma forma de identificar as principais questões que podem afetar seu desenvolvimento e gerenciamento, além de desenvolver políticas e programas para ajudar a tornar a indústria⁴ mais sustentável. Essa busca se mostra de suma importância para o desenvolvimento do ecoturismo, principalmente em UC.

O Ecoturismo, em sua essência, é um segmento de baixo impacto social e ambiental, que vai de encontro ao Turismo de Massa (TM), capaz de provocar impactos e efeitos negativos na localidade onde se desenvolve. O turista de massa, também conhecido como “psicocêntrico” (BARRETO, 2001: 27), viaja a lugares familiares, utilizando-se de pacotes e se distanciando de experiências da comunidade local, não querendo participar de experiências novas, além de buscar o chamado não lugar, ou seja, lugares padronizados e homogêneos, como shoppings, *fast foods* etc. Krippendorf (2001: 25) chega a afirmar que esses turistas “[...] tendem a se tornar agressivos, abusivos e colonialistas. Longe de casa, o turista sente-se, enfim, livre. Não precisa mais atentar para certas normas. Pode fazer o que lhe aprouver, vestir-se, comer, gastar, fazer as bagunças que há tempos queria fazer [...].

Contudo, com a crescente espetacularização da sociedade, Debord (1997) expõe que esses espaços também são motivo do TM, uma vez que o discurso ambiental passou a ser uma forma de capital social.

Dessa forma, com o devido planejamento e preocupação em continuar sendo um turismo de baixo impacto, o Ecoturismo pode ser uma alternativa para garantir que áreas naturais frágeis sejam conservadas e, ao mesmo tempo, propiciar renda para a população local. Por parte do governo, o

⁴ Há uma discussão teórica sobre a utilização da palavra indústria, pois muitos estudiosos afirmam que o turismo está mais próximo de um sistema do que de uma indústria. A resistência à palavra indústria está ligada ao processo, inicialmente simplista, de produzir o produto turístico.

“ecoturismo tem sido visto como uma modalidade de turismo estratégica e ‘salvadora’ para possíveis alternativas econômicas em áreas não incorporadas pelo turismo de massa” (FURLAN, 2003: 48).

Assim, a produção científica do ecoturismo dialoga com as propostas ambientais que visam proteger ambientes naturais da ação antrópica, como as concepções de John Muir e Arold Leopold. Ambos tinham como objetivo promover a conscientização ambiental e incentivara criação de áreas para proteção ambiental, regulamentação e gerência dos recursos naturais, bem como a utilização da ciência para incentivar a conservação ambiental. É nesse sentido que o Ecoturismo deve se orientar: planejar a fim de impulsionar a conservação ambiental, aliada à geração de renda e à sustentabilidade.

Parque Estadual Terra Ronca (GO)

O Parque Estadual Terra Ronca (GO), criado pela Lei nº 10.879/1989 (GOIÁS, 1989), destina-se a preservar a flora, a fauna, os mananciais e, em particular, as áreas de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas e seu entorno, protegendo sítios naturais de relevância ecológica e reconhecida importância turística, situando-se no município de São Domingos (GO) (Mapa 1). O PETeR “abriga um dos maiores e mais importantes conjuntos espeleológico da América do Sul” (GOIÁS, 1989).

Figura 01: Mapa do Município de São Domingos (GO)



Fonte: Aguiar Junior (2019).

A Unidade de Conservação está localizada na região nordeste do estado de Goiás, que apresenta os mais tímidos indicadores socioeconômicos do estado. O Produto Interno Bruto (PIB) desse município foi de R\$ 10.845,15, em 2014, e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,597, figurando entre as últimas posições nesse *ranking*; a capital, Goiânia, tem 0,799 de um total de 1, tendo uma nota de desenvolvimento humano muito alta (IBGE, 2020).

O PETeR se enquadra na Unidade de Conservação de Proteção Integral como Parques sendo uma categoria que “possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas” (BRASIL, 2020).

Mesmo tendo a obrigatoriedade do plano de manejo para os Parques, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais, o PETeR não possui um. A UC possui um Plano Emergencial de Visitação (GOIÁS, 2012), que estabelece regras e orientações para visitação. Entretanto, estas não são seguidas, pois não há fiscalização do órgão competente, outorgando a responsabilidade aos condutores, que muitas vezes, para garantir a renda oriunda dos ecoturistas, acabam infringindo as regras estabelecidas pela portaria. Durante a exploração técnica foi presenciado o uso de iluminação baseada no acetileno (carbureto), por exemplo, o que é proibido pelas regras de visitação.

Este não é o único problema do Parque Estadual Terra Ronca (GO): a quantificação do número de turistas que visitam a UC também é deficitária, uma vez que não há, na entrada, nada que demonstre a existência desse objetivo. Isso inviabiliza, ou pelo menos dificulta, estudos para analisar os impactos econômicos relacionados diretamente à UC, considerando-se que, para realizar essa análise, leva-se em consideração “Número de visitantes * Despesa média por visitante * Multiplicadores econômicos” (SOUZA *et al.*, 2015: 10).

A importância de se investir na obtenção de dados e quantificar a visitação dá-se em virtude de fazer com que o planejamento (otimizar o uso dos elementos naturais com geração de receita) seja cada vez melhor e se consiga obter um valor aproximado de receitas oriundas da visitação ao Parque Estadual Terra Ronca (GO). Souza *et al.* (2015: 25) demonstram que a utilização de UCs com fins turísticos acaba por beneficiar a população em torno destas e, por conseguinte, promove a fixação de pessoas nesses espaços, porém, como apontam os mesmos autores, “as contribuições em nível nacional são maiores do que as em nível local porque, à medida que a região econômica se expande, o montante de gastos secundários que permanece dentro desse território, aumenta, resultando em multiplicadores econômicos maiores”.

O cenário apresentado por Souza *et al.* (2015: 25) acerca da utilização das Unidades de Conservação com propósito de geração de renda por meio do ecoturismo é muito positivo. De acordo

com o cenário melhorado, pode-se chegar a “mais de R\$ 8,9 bilhões em Vendas Totais, R\$ 2,3 bilhões em Renda Pessoal, R\$ 3,3 bilhão em Valor Agregado ao PIB”.

Entretanto, esse cenário é uma visão melhorada do que atualmente se tem no Brasil, pois, como apontado, há uma dificuldade em quantificar o número de turistas em algumas UC, bem como em cumprir com a legislação ambiental. Essas dificuldades não são somente pela inércia ou ingerência do poder público, mas sim devido à promoção de determinados espaços em detrimento de outros e à consolidação de um segmento do turismo em relação a outros, relacionados de forma direta às escalas geográficas.

Periodização e escalas geográficas para o entendimento dos espaços ecoturísticos

A formação econômica e social, como aponta Santos (1977), é entendida como uma das formas de se compreender fenômenos socioespaciais, principalmente a partir da década de 1970, quando se estabelece um marco para os estudos da geografia crítica. Esse movimento se ancorou na análise geográfica por meio do materialismo histórico e na dialética. A partir desse momento, o espaço tem um papel ativo, fundamental para a análise dos fenômenos, e passa a ser entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social, como afirma Costa (2001). Nesse sentido, pode-se afirmar que Santos (1977) contribuiu de forma significativa ao apontar o Espaço como categoria fundamental para análises das transformações socioespaciais, bem como a proposição da indissociabilidade do tempo em relação ao espaço.

Santos (1977: 81) explica que “a Geografia se intensificou mais pela forma das coisas do que pela sua formação”. Isso leva a inferir que a análise, dissociada do processo da produção espacial, pode levar a conclusões precipitadas, promovendo uma análise espacial rasa, não sendo possível fornecer respostas para a compreensão da dinâmica socioespacial e de seus arranjos. Ademais, Santos (1996), acerca da categoria que melhor valida os estudos sobre o espaço, aponta as técnicas como fundamentais para a transformação ou da análise espacial. Dessa forma, pode-se, também, fundamentar os estudos a respeito do desenvolvimento do ecoturismo, principalmente as técnicas de conservação e, ao mesmo tempo, geração de renda.

As transformações socioespaciais, influenciadas pela modernização e pelas técnicas, podem ser marcadas pelo modelo de desenvolvimento e modernização dos transportes no Brasil, que influencia até hoje o planejamento turístico. A indução de um circuito superior acarretou uma demanda comercial, estabelecendo como os espaços seriam desenvolvidos, bem como a maneira com que se daria o deslocamento nesses espaços. O automóvel foi, na década de 1950, no Brasil, o grande mote de desenvolvimento e modernização, conforme indicam Panosso-Netto e Trigo (2009: 92):

O Brasil optou, na década de 1950, por uma lógica de transporte terrestre rodoviário. Ao lado das montadoras de automóveis, vieram as refinarias de petróleo, plantas de autopeças e pneumáticos, rodovias e projetos de interligação nacional por meio de grandes estradas.

A ocupação dos espaços e a sua produção, com sua infraestrutura, repercutem nas políticas públicas que influenciam o desenvolvimento do espaço turístico. Nesse sentido, Cruz (2000: 9) afirma que:

a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientam o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera da política pública como no que se refere à iniciativa privada.

Oliveira (2010: 49) chama a atenção para o desenvolvimento do turismo litorâneo que, entre outros motivos, segue o padrão de ocupação territorial brasileiro, localizando-se próximo a grandes centros populacionais. Coadunando com Oliveira (2010) acerca do desenvolvimento do turismo litorâneo, Kajihara (2010), diante da análise do material da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) da década de setenta, observa que o Brasil foi divulgado sob três grandes focos: Rio de Janeiro, carnaval e a mulher brasileira. Assim, pode-se entender a gênese do desenvolvimento do turismo nacional. A imagem da beleza e da sensualidade da mulher brasileira foi um dos estereótipos vendidos pelo País por muito tempo, associada ao litoral brasileiro.

Nesse sentido, até a década de 1990, os espaços promovidos, majoritariamente, pelo turismo brasileiro se relacionavam a sol e praia, inclusive por haver uma melhor infraestrutura turística nesses espaços e, por conseguinte, desse segmento. Contudo, já havia, no mundo, um movimento a promover as questões ambientais, bem como utilizá-las para geração de renda.

Isso é mostrado no texto “Os limites do crescimento”, um estudo produzido pelo Clube de Roma⁵ sobre o suporte para o crescimento do planeta. Em 1972, então, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano surge com orientações para conservação da natureza, como:

Princípio 4. O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram, atualmente, em grave perigo devido a uma combinação de fatores adversos. Consequentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico, deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres. (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972).

⁵ Em 1968, o empresário italiano Aurelio Peccei, presidente honorário da Fiat, e o cientista escocês Alexander King, se juntaram para promover um encontro no qual seria discutido o futuro das condições humanas no planeta. A ideia era convidar cerca de 20 personalidades da época para avaliar questões de ordem política, econômica e social com relação ao meio ambiente. A primeira reunião aconteceu em uma pequena vila, em Roma, daí o nome de Clube de Roma. A partir daí, foi elaborado um projeto com as bases e os princípios seguidos pelos participantes. Hoje, o clube se tornou uma organização não governamental que visa enxergar problemas, discuti-los e difundi-los entre a população. Seus membros são acadêmicos, cientistas, políticos, empresários e membros da sociedade civil (REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE, 2014).

Assim, começa-se a ter princípios norteadores para a exploração dos elementos naturais, que seriam ratificados por futuros encontros globais, que continuaram a acontecer. Pode-se citar, entre outros, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92 e o Encontro da Terra, também denominado Rio +10, que aconteceu no ano de 2002 em Johannesburgo, na África do Sul.

A partir da década de 1990, tem-se uma nova orientação na imagem brasileira, segundo Alfonso (2006) e Kajihara (2010), pois cada vez mais há eventos voltados para a conservação ambiental e eles articulam-se em suas diferentes escalas, a fim de desenvolver o produto ecoturístico. É importante dar visibilidade ao fenômeno a partir da escala, pois, conforme Castro (2011), ela também pode definir a ordem de grandeza para análise. Cabe ressaltar que não se está a referir-se somente à escala cartográfica, mas também, sobretudo, à cartografia geográfica. Observa-se que a escala geográfica não é apenas balizadora de um fenômeno, mas também produtora de um discurso geográfico, como mostram Claudino e Bento (2019: 12) ao afirmarem que “permite tensionarmos os caminhos/alternativas que se interpõem para pensarmos não apenas o movimento do real apreendido pelas objetivações das ações”.

Souza (2007) propõe uma utilização mais abrangente daquela que ele chama de “visão do sobrevoos”, na qual aponta que:

fenômenos representáveis, por meio de escalas cartográficas muito pequenas (de planisfério, por exemplo), com um distanciamento ainda maior. Essa perspectiva é de certa forma, aquela do olhar do *Estado*, ou do olhar que é o próprio *Estado* (e basta conhecer a história, da disciplina para compreender que decerto isso não é mera coincidência) : considerar os homens e os grupos “de longe”, sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação”. É desse ângulo que se pode dizer que muitos pesquisadores têm negligenciado (ou banalizado) aspectos importantes do estudo dos produtores do espaço (SOUZA, 2007: 103).

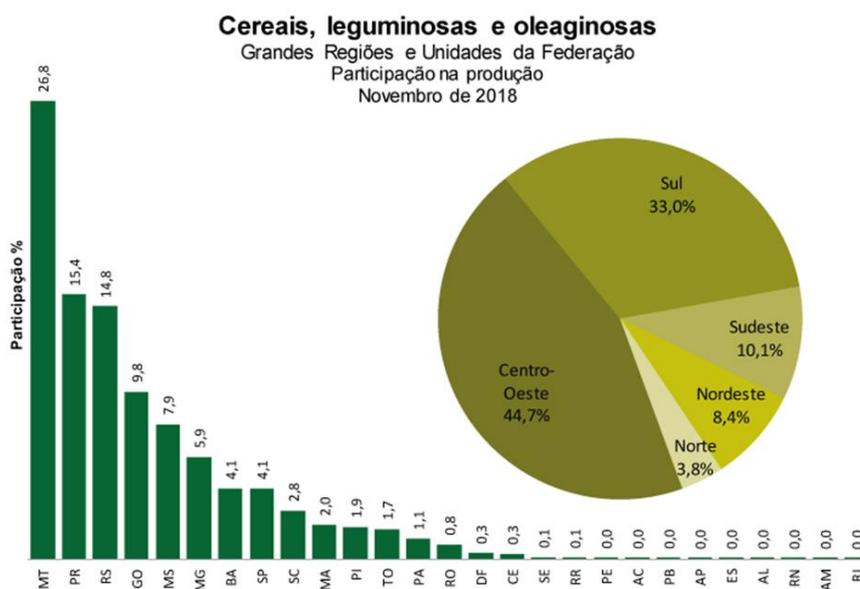
Ao não considerar os agentes modeladores (locais) do espaço nas discussões ambientais, acaba-se por destituir aquele espaço de um valor local, tendo sentido somente em outras escalas. Apesar dessa negligência, intencional ou não, outros agentes acabam atuando de forma a buscarem seus interesses próprios e não os ambientais. Costa (2012) aponta ainda, além do abordado por Souza (2007), que a escala geográfica apresenta uma relação de poder. É nesse sentido que se coloca em xeque os grandes eventos globais acerca do meio ambiente sem a participação dos agentes locais, principalmente daqueles biomas mais afetados.

A escala geográfica, conforme já mencionado, possui “relação com o poder que os atores exercem” (COSTA, 2012: 68-69) e, dessa forma, o discurso ambiental se encaixa na visão escalar, pois a utilização de elementos naturais por determinados grupos é feita sem o cuidado necessário e isso se

dá de forma proposital. Exemplo disso foi a aprovação (para ser apreciada, em dois turnos, no plenário da Câmara) do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 115, que eleva o Cerrado e a Caatinga à condição de Patrimônio Nacional, tendo sido necessários 11 anos para sua sanção.

O bioma Cerrado (região Centro-Oeste) é o maior responsável pela produção de grãos do Brasil, como mostrado na Figura 1. Moreira (2001) aponta para um entrecruzamento de espaços, que o transforma em um jogo de escalas entrecortado pelos domínios de uma hegemonia, nesse caso, de como o espaço deve ser ocupado. Diante dos dados apresentados, que revelam que a produção do espaço regional repercute na economia em escala nacional, é que o bioma Cerrado sofre pressão para que não torne Patrimônio Nacional, uma vez que isso colocaria mais entraves para sua degradação.

Figura 02: Produção de Grãos no Brasil (2018)



Fonte: IBGE, 2020.

Diante de tal situação, é certo afirmar que a escala, além de essencial para dar visibilidade e propiciar análises, também age, segundo Castro (2011), no sentido de poder ter o papel de “mediadora da pertinência da ligação entre a unidade de observação e o atributo a ela associado” (CASTRO 2011: 126).

Costa (2012: 5) afirma que “conhecer essas configurações espaciais a partir de uma análise de escala significa que o processo de desenvolvimento econômico capitalista necessita sempre de promover reestruturações, tendo em vista a manutenção do sistema”. Assim, pode-se inferir que programas de financiamento à produção, como o Polocentro⁶ (Programa de Desenvolvimento da

⁶ Disponível em: <<http://www.cpac.embrapa.br/unidade/historia/>>, data de acesso: 3 de setembro de 2020.

Região Centro-Oeste), tiveram papel importante para a reestruturação do espaço do bioma Cerrado em suas múltiplas escalas.

Percebe-se, assim, que em sua escala nacional e global o discurso sobre o meio ambiente se torna presente e é pauta frequente nos encontros das grandes nações, porém em escala regional e local os agentes possuidores do poder ainda buscam falsear análise escalar quando transferem situações de uma escala à outra, ou seja, a visibilidade que pretendem dar ao fenômeno não é o regional e o local, mas sim o global.

A influência causada pelo discurso ambiental parece não ter atingido todas as escalas espaciais, visto que o poder e a hegemonia ordenam os discursos escalares do agronegócio. Além disso, mesmo com o discurso acerca dos prejuízos promovidos pelo desmatamento na vida humana, no Cerrado o desmatamento se mantém alto e cresce 15% em áreas protegidas (WATANABE, 2019). O papel da escala não está na apreensão da realidade, mas sim na efetiva capacidade que a leitura escalar oferece, como explicam Claudino e Bento (2019).

Assim, as escalas geográficas são produzidas e ressignificadas a todo momento, pois elas são afetadas pela forma espacial, considerando-se que a questão hegemônica – político administrativa – acaba se apoderando da dinâmica espacial e, por conseguinte, se expande a escala político-econômica desse grupo que determinara a utilização de espaços.

Procedimento Metodológico

A abordagem metodológica consistiu em um levantamento bibliográfico, na organização de banco de dados georreferenciados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica – SIG, que fora trabalhado no ArcMap 10.1, e análise exploratória, realizadas em fevereiro e julho de 2018 no município de São Domingos (GO) e no Parque Estadual Terra Ronca (GO), com registros fotográficos. A utilização de dados secundários disponibilizados pelos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) ajudaram a produzir material cartográfico, além de dados socioeconômico do município.

O presente trabalho respalda-se nos princípios metodológicos da periodização. A escolha desse tratamento se deu pela necessidade de trazer alguns marcadores temporais, bem como apontar as transformações espaciais que estes causaram e ainda causam no espaço, e aos assuntos ambientais. Segundo Santos (2012: 15) “sem relações não há fatos”, e a isso pode-se acrescentar que sem relações não há produção espacial.

Já a escala, mais especificamente a escala geográfica, vem trazer a visibilidade necessária ao fenômeno estudado, bem como propor reflexões acerca dos agentes hegemônicos que as utilizam de

forma a prejudicar a representação das discussões ambientais. Vale ressaltar que a escala aqui utilizada não se refere à escala matemática, vinculada à geometria, ou seja, não se trata de mera representação de relação de proporção de um espaço; trata-se aqui da escala geográfica, que vai além das questões matemáticas e, cujos limites muitas vezes estão relacionados mais a critérios vinculados à produção do espaço e às relações dos agentes sobre os lugares do que a proporções numéricas rígidas.

A Periodização e a Escala, como metodologia analítica, também foram utilizadas com o objetivo de entender as ideias que ajudaram na formatação das Unidades de Conservação no Brasil, o que originou duas formas de Unidades de Conservação: Proteção Integral e Uso Sustentável. Ambas as metodologias auxiliaram na discussão, de maneira a entender que cada prática e discurso são recortes temporais de determinado momento. Ajudaram, ainda, a compreender as diferentes ideias ambientais com o objetivo de materializá-las no espaço e que há escalas diferentes para essa apreensão, determinadas pelo poder hegemônico de cada espaço.

Ainda sobre as metodologias escolhidas, pode-se afirmar que estas duas nos auxiliam na compreensão da organização espacial e sua evolução. Para isso, pode-se alicerçar nos elementos fundamentais constituintes para o entendimento dos espaços, como: forma, função, processo e estrutura. Sobre isso, Santos (2014: 69) explica que:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. *Função*, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Além das abordagens elencadas, foi realizada análise exploratória, que serviu para uma aproximação do exemplo aplicado a este trabalho. Esse campo ajudou na observação de questões ligadas ao ecoturismo, como conservação ambiental e educação ambiental.

Discussões e Resultados

Compreender que o ecoturismo é um conceito polissêmico, como aponta Furlan (2013), é, também, entender que os espaços e instrumentos de proteção ambiental podem ser elaborados para cada ambiente natural. O SNUC, por meio da Lei n. 9.985/2000, é um instrumento de proteção ambiental que orienta a utilização dos elementos naturais e, ademais, torna o consumo dos recursos naturais sustentável devido aos estudos realizados para aquela área, como o exemplo deste trabalho, o Parque Estadual Terra Ronca (GO), área de Proteção Integral.

Diante de diferentes usos impetrados pelo Sistema Nacional de Conservação, entende-se que os ambientes naturais devem ser utilizados de forma diferente, com restrições na sua utilização. Respeitar as diferenças entre as áreas protegidas, ou seja, áreas de Proteção Integral e áreas de Uso Sustentável, é também consumir os ecos atrativos de forma diferente. Assim, deve-se haver o cuidado de respeitar as diferenças ambientais no planejamento em áreas de atividades ecoturísticas, para que essa prática atenda os preceitos ecoturísticos e não se transmute em uma atividade com a chancela Eco.

Em uma sociedade espetacularizada, que não se preocupa mais com o ser, e muitas vezes tampouco com o ter, e sim com o mostrar, como afirma Debord (1997), é cada vez mais difícil atender os pilares do ecoturismo. Isso mostra a complexidade presente na análise acerca da atividade ecoturística, pois, apesar de ser uma demanda criada pela própria modernidade e urbanidade, é também instituída a partir de um discurso ambiental, onde muitos estão preocupados apenas com o discurso, e não com a práxis.

Trabalhar em prol do ecoturismo é trabalhar visando a educação ambiental, é fazer com que as atividades de lazer repercutam mudanças comportamentais em relação aos elementos naturais, ou pelo menos, provoquem um incômodo diante do agir de muitos em relação à natureza.

Analisar apenas as formas como as UCs são utilizadas não é suficiente para discutir sua utilização em relação ao ecoturismo. Santos (1996, 2014) aponta que a análise sobre a forma é uma maneira simples de analisar o espaço, devendo a análise contemplar, além da forma, a estrutura, a função e o processo. Assim, a utilização de áreas de proteção ambiental para atividade ecoturísticas deve ser orientada pelas seguintes questões: qual é o processo para construir uma atividade ecoturística em uma UC? Qual é a função da UC em relação ao ecoturismo, ou seja, ela é um instrumento passivo ou ativo na consolidação do ecoturismo naquela área? Qual é a estrutura que se terá para a atividade ecoturística? Qual é a forma que se deseja para a UC, onde um dos seus objetivos é o desenvolvimento do ecoturismo?

Uma das respostas pode ser dada pelos Planos de Manejo, mas, infelizmente nem todas as UCs o possuem. Outra forma pode ser por meio do desenvolvimento de um Turismo de Base Comunitária, para beneficiar os moradores em torno das UCs. Também pode haver uma campanha de *marketing* sobre a utilização das Unidades de Conservação para geração de renda, entre outras possibilidades.

Na análise exploratória realizada nos meses de fevereiro e julho de 2018, foi possível notar que não há, por parte dos órgãos responsáveis, uma fiscalização no PETeR, além de não haver nenhuma forma de quantificar o número de turistas que visitam o Parque. A falta de quantitativo de pessoas

vinculadas aos órgãos responsáveis pelo monitoramento do parque, bem como a implantação de pontos de centros de atendimento ao turista, impacta diretamente o desenvolvimento do ecoturismo na UC. Desse modo, o ecoturismo desenvolvido no parque não passa de um turismo travestido do discurso eco.

Tibiriçá (2013) chama a atenção para o desenvolvimento do turismo no Parque Estadual Terra Ronca (GO) por possuir um sistema cavernícola (calcário) muito frágil e no qual não há monitoramento, constante, nas cavernas abertas para visitação, como, por exemplo, na caverna Terra Ronca I (Figura 2) que chama a atenção pela sua beleza e diversidade de espeleotemas:

[...] as paredes externas são mais ou menos planas e a boca tem a forma aproximada de um arco pleno, semelhante a um gigantesco arco do triunfo. Mesmo não sendo o mais alto pórtico de entrada de cavidade subterrânea no Brasil (o pórtico dos Brejões na Bahia tem 106 m de altura), seus 90 m de altura impressionam o visitante. (DELPHIN, 2010: 176).

Figura 03: Caverna Terra Ronca I (2018)

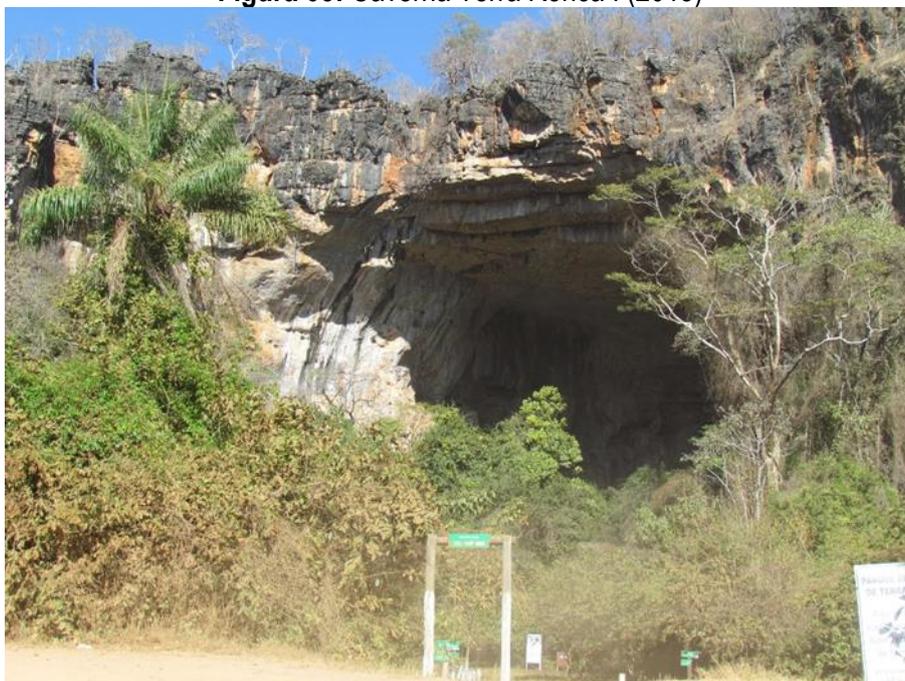


Foto: Os autores.

O desenvolvimento, aquém, de espaços ecoturísticos está vinculado ao modelo de turismo adotado pelo Brasil como prioritário –sol e praia –, tendo se demorando a perceber que a diversidade paisagística poderia contribuir para o incremento do turismo no Brasil, elevando-se o número de turistas, pois diversificaria a oferta de produtos. Entender, também, o processo e a estrutura de modernização e o desenvolvimento de técnicas faz com que se tenha uma visão mais crítica e reflexiva do desenvolvimento do turismo e seus segmentos ligados à natureza em relação a outros países, como Espanha ou Alemanha.

As diferenças entre as escalas geográficas interferem diretamente na produção de espaços ecoturísticos, já que agentes hegemônicos (poder político-administrativo) têm discursos diferentes da práxis e isso se deve aos interesses que eles possuem em áreas naturais. Enquanto se fala na proteção do bioma Cerrado, explora-se, como nunca, os recursos naturais (hídricos) para abastecer as grandes plantações de soja.

A busca de um equilíbrio entre a exploração de elementos naturais por parte do ecoturismo, pautada em estudos como o de Souza *et al.* (2015), demonstra que a proteção ambiental também é uma forma de geração de renda e é primordial para diversificar o sistema econômico.

Considerando o exposto e que o ecoturismo é o segmento turístico que mais cresce no mundo, bem como sua capacidade na geração de renda e proteção ambiental, é necessário investir no turismo de base comunitária, bem como em capital humano, monitoramento e gerenciamento de recursos naturais como os defendidos por Muir e Leopold. Sendo assim, o planejamento, nas suas múltiplas escalas, deve perseguir o mínimo de risco ambiental. Ademais, os esforços dos gestores devem ir na direção da busca de um planejamento integrado, que tenha por objetivo diminuir os riscos ambientais (PINTO; COSTA, 2012).

Conclusão

Não há como pensar em ecoturismo sem abordar a relação homem e ambiente e, tampouco o consumo dos elementos naturais. Por mais que essa seja uma prática de baixo impacto em relação ao espaço onde se dá, há certos desafios a serem vencidos, como, por exemplo, o de conciliar a prática ecoturística com o comportamento de uma sociedade espetacularizada como a que se vive atualmente. Isso se coloca diante da urgência de usufruir determinados espaços como meio de promoção, de exposição, o que diverge da concepção ecoturística, que se baseia em pilares como sustentabilidade, educação ambiental e geração de renda local, propostos por vários autores.

O espaço que transforma também é transformado e, assim, acaba tendo uma função dialética na vida dos seres humanos. A análise espacial, de acordo com Santos (2014), muitas vezes é feita de forma fragmentada e, desta forma, acaba por não atingir a compreensão do espaço como um todo. Essa apreensão da totalidade do espaço só poderá se dar se a análise for feita a partir de elementos basilares como: forma, função, estrutura e processo.

Essa investigação do todo, feita a partir desses elementos, ajuda-nos a melhor compreender a produção espacial, bem como otimizar sua utilização. Nesse sentido, pode-se afirmar que as Unidades de Conservação são um exemplo dessa análise socioespacial na qual tem-se dois grupos - Proteção Integral e Uso Sustentável - que parecem não atender ou pelo menos não refletir a ideia de consumo,

visto que as Unidades de Conservação, que estão no grupo de Proteção Integral, têm permissão apenas para o uso indireto dos recursos naturais; ou seja, aquele que não envolve consumo. Contudo, o ecoturismo é considerado um consumo dessa área, mesmo que indireto, e promove alterações no ambiente.

O Parque Estadual Terra Ronca (GO) é uma unidade de conservação que possui 28% de seu território no grupo de Proteção Integral, ou seja, nesse espaço é permitido haver o consumo indireto. Contudo, Galvani e Rocha (2018) afirmam que a presença humana em ambientes cavernícolas altera, entre outras coisas, a temperatura do ambiente, podendo levar a prejuízos ambientais daquele ecossistema. Logo, até mesmo o consumo indireto dos recursos naturais pode causar impactos negativos.

Sugere-se que todo o consumo dos recursos naturais, principalmente em Unidades de Conservação, deve ter sua análise na periodização e na escala, pois, a partir da concepção de Santos (2012) os fatos só se dão a partir de relações; e sem relações os discursos escalares conduzem a um falso entendimento do fenômeno. As áreas de proteção ambiental, tendo seu ideário na criação do Parque de Yellowstone, trazem consigo erros e acertos no que se refere à conservação ambiental, conservação esta que se encontra constantemente tensionada pelos discursos de poder, principalmente aqueles ligados ao agronegócio. A escala global dos protocolos ambientais acaba por abortar processos locais de conservação; a escala local é eclipsada pela discussão global, que exclui os agentes locais dos espaços, seja na esfera da decisão, seja na própria produção desses espaços e de seus usos.

Por mais que a Unidade de Conservação tenha como objetivo salvaguardar os recursos naturais, ainda há um longo caminho para se otimizar seu uso e, principalmente, organizar esse espaço tendo como elementos os apresentados por Santos (2012), com o intuito de se fazer com que a função desses espaços, assim como sua estrutura, seja pensada conjuntamente com os locais, trazendo, assim, a escala das discussões ambientais para a esfera local.

Desta forma, entende-se que mesmo diante de uma prática socioeconômica de baixo impacto, o ecoturismo ainda carece de pesquisas que tenham como objetivo análises e reflexões acerca da construção dos espaços onde ocorre, principalmente aqueles criados com uma finalidade específica. Antes de tudo, é preciso que sua forma atenda a um ideário de conservação que se construa em simbiose com sua função social.

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. II ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- ACOTT, T. G. *et al.* An Evaluation of Deep Ecotourism and Shallow Ecotourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 6, n. 3, ago. 2011, p. 238-253.
- AGUIAR JUNIOR, Paulo Roberto Ferreira. *Avaliação da potencialidade dos atrativos ecoturísticos do município de São Domingos, Goiás*. 2019. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.
- ALFONSO, Louise Prado. *Embratur: formadora de imagens da nação brasileira*. Campinas-SP: [s.n.], 2006.
- BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. XIII ed. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2003.
- BRASIL. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>, data de acesso: 2 de setembro de 2020.
- BRASIL, Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. II ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: COSTA, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 14ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.
- CARVALHO, Gisélia Lima. *Ecoturismo nos cerrados goianos: do enfrentamento do discurso ao desafio da prática*. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/Carvalho_gis_lia_lima_ecoturismo_cerrado.pdf>, data de acesso: 20 de julho de 2020.
- CLAUDINO, Guilherme dos Santos. BENTO, Fredi dos Santos. Escala, trabalho e saber: uma introdução ao debate escalar na Geografia. *Revista Geografia em Atos (Geoatos online)*, v. 3, n. 10, jan.-abr. 2019, p. 90-112.
- COSTA, Jodival Mauricio da. Produção de escala geográfica e meio ambiente: análise a partir de processos espaciais na Amazônia Oriental. *Sociedad Hoy*, n.23, segundo semestre de 2012, p.67-81.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO – 1972. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>>, data de acesso: 2 de setembro de 2020.
- DELPHIN, Carlos Fernando Moura. Terra Ronca. *Revista UFG*, Goiânia-GO, ano XII, n. 9, dez. 2010, p. 168-183.
- EMBRAPA CERRADOS. *História*. 5 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.cpac.embrapa.br/unidade/historia/>>, data de acesso: 3 de setembro de 2020.
- FURLAN, Sueli Ângelo. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Ecoturismo no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 47-58.
- GOIÁS. *Lei n. 10.879, de 7 de julho de 1989*. Cria o Parque Estadual de Terra Ronca. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/84853/lei-10879>, data de acesso: 2 de setembro de 2020.
- GOIÁS. *Portaria n. 220/2012*. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2016-06/portaria-220-2012---peter-visitacao.pdf>, data de acesso: 2 de setembro de 2020.

- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *São Domingos*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-domingos>>, data de acesso: 1 de julho de 2020.
- KAJIHARA, Kelly. A imagem do Brasil no exterior. Análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até os dias atuais. *Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica*, v. 5, n. 3, set. 2010.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Ed Aleph, 2001.
- LEOPOLD, Aldo. *Almanaque de um condado arenosos e alguns ensaios sobre outros lugares*. Tradução Rômulo Ribom. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- LOURENÇO, Daniel Braga. *Qual o valor a natureza?* Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.
- MARTINS, Marcos. 3 set. 2019. *Brasil ganhará programa de revitalização para o Turismo*. Panrotas, Mercado, 3 set. 2019. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/09/brasil-ganhara-programa-de-revitalizacao-para-o-ecoturismo_167292.htm>, data de acesso: 6 de agosto de 2020.
- MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais na construção geográfica das sociedades. *Revista Geographia*, v. 3, n. 5, 2001.
- MUIR, John. *My First Summer in the Sierra*. Boston and New York: The Riverside Press Cambridge, 1911. Disponível em: <https://www.yosemite.ca.us/john_muir_writings/my_first_summer_in_the_sierra/my_first_summer_in_the_sierra.pdf>. Acesso em: 5 de dezembro de 2020.
- NEIL, John. WEARING, Stephen. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Editora Manole, 2001.
- NETTO, Alexandre Panosso; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Cenários do turismo brasileiro*. São Paulo: Editora Aleph, 2009. 2001
- OLIVEIRA, Ivanilton José de. *Turismo no Cerrado*. Revista UFG, ano XII, nº 9, 2010. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/09_Turismocerrado.pdf>, data de acesso: 20 de agosto de 2020.
- PÁDUA, Suzana. Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação? Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/suzana-padua/18246-oeco-15564/>> data de acesso: 5 de junho de 2020.
- REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE. *Clube de Roma e o relatório “Os limites do crescimento” (1972)*. *Pensamento Verde*, 2 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/clube-roma-relatorio-limites-crescimento-1972/>>, data de acesso: 1 de junho de 2020.
- ROCHA, Bárbara Nazaré, GALVANI, Emerson. *Microclima de cavernas*. Estudo microclimático das cavernas do Parque Estadual Intervales, SP. Nova Edições Acadêmicas, 2018.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo. Edusp, 2012.
- SANTOS, Milton. *Natureza do espaço*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo - SP, v. 54, 1977, p. 81-99.
- SOLLER, Juliane da; BORGHETTI, Cristiano. Capacidade de carga turística: um estudo no Caminhos Rurais de Porto Alegre, RS. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 5, n. 3, jul.-set. 2013, p. 511-527.
- Souza, T. V. S. B.; Thapa, B.; Rodrigues, C. G. O.; Imori, D. Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015. ICMBio. Brasília I., 2015.
- TIBIRIÇÁ, Luciana Gonçalves. Espeleologia e Turismo: um longo caminho para a conservação. *Ateliê Geográfico*, Goiânia - GO, v. 7, n. 3, dez. 2013, p. 134-148.

USA, United States of America. *Declaration of the Conservation Conference May 15, 1908*. Disponível em: <https://www.digitalhistory.uh.edu/disp_textbook.cfm?smtID=3&psid=3990>, data de acesso: 2 de setembro de 2020.

WATANABE, Phillippe. *Desmatamento se mantém alto e cresce 15% em áreas protegidas*. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/desmatamento-no-cerrado-se-mantem-alto-e-cresce-15-em-areas-protegidas.shtml>>, data de acesso: 3 de setembro de 2020.